



# **O papel da universidade no desenvolvimento de políticas públicas de gestão de riscos de desastres: O caso do Grande ABC, SP**

The role of the university in the development of public policies for disaster risk management: The case of Grand ABC - SP

*Raquel Alfieri Galera, Universidade Federal do ABC,  
raquelalfieri@gmail.com.*

## RESUMO

Pensar a prática do profissional arquiteto e urbanista no âmbito da função social da profissão, nos A instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) em conjunto com a Política Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais (PNGRD) pressupõe a articulação de ações nas três esferas do governo, definindo a criação de instrumentos focados na reestruturação de espaços urbanos através da criação de mecanismos preventivos e de mitigação frente à situação de risco. Dentro deste atual cenário político-institucional, o desafio é o desenvolvimento e implantação de estruturas permanentes de planejamento e gestão a partir da criação de novos arranjos institucionais que potencializem redes de cooperação intermunicipal na criação de políticas em escala regional, a criação de uma rede de informação que subsidie ações intersetoriais e a cooperação e troca de informações nos diferentes níveis da administração pública. A partir deste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento pela Universidade Federal do ABC em cooperação com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, integrando sete municípios da região do Grande ABC, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, para o planejamento e gestão com caráter cooperativo, através da padronização de políticas locais, potencializando as respostas individuais frente a diferentes riscos de desastres naturais, tendo como uma de suas perspectivas a elaboração de um Plano Regional de Gestão de Risco de Desastres.

**Palavras Chave:** pesquisa e extensão universitária; gestão de riscos de desastres naturais; política pública regional; Grande ABC.

## ABSTRACT

The institution of the National Policy on Protection and Civil Defense (Law nº12.608 / 2012) in conjunction with the National Policy on Risk Management and Disaster Response (PNGRD), requires the articulation of actions in the three spheres of government, defining the creation instruments focused on the restructuring of urban spaces through the creation of preventive mechanisms and mitigation in the face of the risk situation. Within this political-institutional scenario, it is fundamental to develop permanent planning and management structures organized in new institutional arrangements, which strengthen networks of inter-municipal cooperation in the creation of policies on a regional scale, the creation of a network to subsidize intersectoral actions and cooperation in different levels of public administration. From this context, this article aims to present research and extension projects under development by the Federal University of ABC in cooperation with the Grand ABC Intermunicipal Consortium. The collaboration process has the prospect of integrating the seven municipalities of the Grand ABC region, located in the São Paulo Metropolitan Region, for the planning and management of the risks of disasters, of a cooperative nature, through the standardization of local policies and the elaboration of a Regional Disaster Risk Management Plan.

**Keywords/Palabras Clave:** research and university extension; natural disaster risk management; regional public policy; Grand ABC.

## INTRODUÇÃO

A criação e consolidação de diferentes ações, programas e instituições federais relacionadas definiram um marco, em 2012, para a gestão de risco. O Programa 'Gestão de Riscos e Resposta a Desastres', inserido no PPA - Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal juntamente com o a instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, por meio da Lei Federal nº 12.608/2012 que, entre outras medidas, criou o cadastro de municípios suscetíveis à ocorrência de processos geológicos ou hidrológicos com potencial de desastre, atribuiu a obrigatoriedade de uma série de ações de planejamento, prevenção, mitigação e de preparação para a resposta a desastres para os municípios ali inscritos, assim como instituiu uma série de instrumentos para tais intervenções

Diferentes instrumentos definidos pelo Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais (PNGRD) estão em desenvolvimento, mas ainda estão pouco consolidadas no âmbito da gestão pública municipal, onde a gestão de riscos de desastres precisa ser efetivada, pois são nestes espaços geográficos que a maioria dos riscos é construída e os desastres ocorrem. São reduzidos os números de municípios que incluíram em suas agendas políticas permanentes de gestão local e de desenvolvimento urbano, o componente específico de gestão de riscos. Condições de extrema fragilidade técnica, financeira, administrativa, etc dos municípios brasileiros, os impossibilitam de implantar e desenvolver adequadamente muitas das políticas públicas definidas por legislações das outras esferas administrativas (Nogueira et al, 2014).

Dentro deste cenário político-institucional, o desafio é o desenvolvimento de políticas bem sucedidas, no sentido de potencializar seus resultados e implantar estruturas permanentes de prevenção e, ao mesmo tempo, promover a extensão dessas experiências para o conjunto de municípios mais vulneráveis, em arranjos institucionais que promovam as redes de cooperação intermunicipal na criação de políticas em escala regional.

O estabelecimento de redes intermunicipais visa superar as limitações da gestão e, na prestação de serviços locais, facilitar a captação de recursos e incentivos fiscais na escala federal e na adequação de políticas de públicas. Em muitos casos, a associação é promovida pela capacidade limitada dos orçamentos municipais para a prestação de serviços, execução de obras e do exercício de determinadas funções, para os quais a economia em escala é a solução (Lepore, et al, 2007; Abrucio et al, 2010: p.30-31; Harrison, 2009: p.18).

Ainda há limites importantes deste processo intergovernamental mais colaborativo a serem debatidos, sendo importante incentivar o desenvolvimento e o crescimento das formas mais coordenadas e cooperativas de federalismo. Abrucio et al (op.cit., p. 11) consideram, dentro do quadro institucional apresentado - o Consórcio Intermunicipal Grande ABC - um exemplo e base para a articulação de municipalidades nas demais RMs brasileiras. Constituído como associação civil de direito privado no final de 1990, foi transformado em Consórcio Público no início de 2010, "passando a integrar a administração indireta dos municípios consorciados, com legitimidade para planejar e executar ações de políticas públicas de âmbito regional".

No sentido de planejar o caminho para as políticas públicas regionais entre os anos de 2014 a 2017, foi elaborado em 2013 um Plano Plurianual Regional Participativo do Grande ABC, com a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas comuns entre as sete Prefeituras do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra. Neste plano, foram definidos os programas e ações que deverão ser implementados pelos municípios, com o apoio do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2013), entre eles o enfrentamento dos riscos de desastres.

Dentro desta perspectiva, vêm sendo desenvolvidos estudos, ações e debates que pretendem resultar num Plano Regional de Gestão Integrada de Risco, envolvendo técnicos e gestores municipais, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com diversas contribuições de extensão e de pesquisa da Universidade Federal do ABC (UFABC), contribuindo para coordenação, planejamento, execução e acompanhamento das atividades relacionadas à gestão de riscos de desastres naturais na região. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar as três iniciativas de pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFABC, que contribuem para construção de uma política regional e integrada de gestão de riscos de desastres no Grande ABC.

## REDES DE GOVERNANÇA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC foi fundado em 19 de Dezembro de 1990 e reúne os sete municípios desta sub-região da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (conforme ilustrado pela Figura 1), para o planejamento, a articulação, a execução e a gestão de iniciativas, projetos, programas e ações de caráter regional (Daniel & Somekh, 1999). Desde 8 de fevereiro de 2010, a entidade passou a ser o primeiro consórcio multisetorial de direito público e natureza autárquica do país. Nessa data, os prefeitos dos sete municípios instalaram a Assembléia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público (Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2012; Bresciani, 2012).

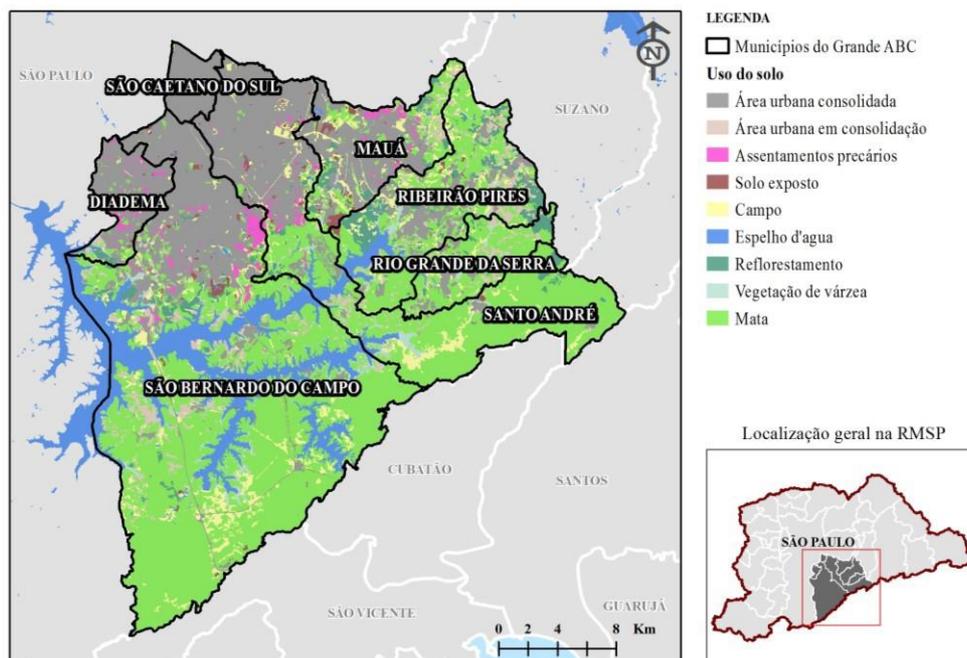


Figura 1. Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

A nova constituição jurídica deu poder para a autarquia firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras e serviços em benefício dos sete municípios; receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, para viabilizar projetos regionais. O Consórcio é mantido com recursos oriundos dos municípios, de acordo com suas receitas orçamentárias. As atividades são definidas a partir das diretrizes e

projetos, aprovados com o auxílio de uma equipe técnica e dos conselhos gestores dos programas específicos, pautada no desenvolvimento regional estratégico (Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2012).

A consolidação da nova personalidade jurídica do Consórcio e a estruturação dos grupos de trabalho deu suporte para a elaboração do Planejamento Regional Estratégico 2010-2011, na definição de medidas prioritárias a serem debatidas com os governos estadual e federal. O processo resultou no 2º Planejamento Estratégico Regional do Consórcio Intermunicipal Grande ABC 2011-2020, como iniciativa fundamental para o avanço das políticas públicas, de caráter regional, para um período de dez anos (Bresciani, 2012; Ferracini, 2014).

Para Bresciani (2015), o ano de 2011 foi marcado pela retomada da aproximação entre o consórcio e a sociedade civil, com a orientação de abertura das reuniões dos grupos de trabalho, para o diálogo com as entidades regionais correspondentes e a instalação do conselho consultivo da entidade.

O Consórcio, com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consolidou uma plataforma de planejamento governamental na perspectiva de fortalecimento institucional de políticas públicas regionais. A elaboração do PPA – Plano Plurianual Regional Participativo 2014-2017 definiu diretrizes e metas comuns às sete prefeituras do Grande ABC, na adequação de ações com caráter regional e na obtenção de recursos para viabilizar as propostas debatidas de forma conjunta, focando no desenvolvimento econômico, na mobilidade regional e, recentemente, para a gestão de riscos de desastres (Ferracini, 2014; Bresciani, 2015).

## **CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA REGIONAL DE REDUÇÃO DE RISCOS**

Em um primeiro momento, o que veio a configurar o prelúdio da estruturação de uma política para redução de riscos, com caráter regional, se iniciou com os trabalhos relativos aos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), realizados na Região do ABC, em novembro de 2012 (Nogueira et al, 2014; Bongiovanni & Malvese, 2015; Miradola et al, 2015).

Concretizada na forma de uma parceria técnica entre o Consórcio Municipal Grande ABC e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o qual já havia mapeado em 2010 o PMRR de Mauá, foram então implementados os PMRRs para os municípios que ainda não haviam demandando recursos técnicos e financeiros para elaboração deste instrumento de ação, com a padronização das metodologias aplicadas. A inserção do Consórcio nesta política auxiliou na difusão e no crescimento das ações de Defesa Civil na região, reduzindo as disparidades de informações entre os municípios (Nogueira et al, op. cit.; Miradola et al, op. cit). Tais ações constituíram uma primeira etapa de desenvolvimento do Plano Regional de Redução de Riscos (PRRR). Com todos os Planos Municipais disponíveis, os municípios puderam contar com uma importante ferramenta na articulação das ações, projetos prioritários e nas obras de intervenção (Bongiovanni & Malvese, 2015).

Ainda no ano de 2012, uma parceria firmada entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC com a Universidade Federal do ABC, no desenvolvimento de programas de extensão e pesquisa focados na estruturação e fortalecimento de uma política pública regional para gestão de risco. No ano de 2014, o Consórcio consolidou o Grupo Temático de Gestão Regional de Risco, com a definição de ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes (Nogueira et al, 2014). Desde então iniciativas com aporte técnico científico da Universidade Federal do ABC, ratificando o papel na Universidade

no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa junto ao governo e comunidade local, contribuindo para coordenação e planejamento, utilizando os aspectos intrínsecos as atividades relacionadas à gestão de riscos e desastres na região do Grande ABC – Consórcio Intermunicipal Grande ABC - na adequação das diretrizes instituídas pelo Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais e pela Lei nº 12.608/2012.

## **A UNIVERSIDADE E A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES**

A alteração do paradigma quanto à maneira de gerir os riscos em uma perspectiva integrada, com a adoção de medidas mais efetivas no enfrentamento dos riscos, envolve modificar os padrões culturais e comportamentais enraizados na sociedade, sendo necessárias diversas ações para que ela se torne efetiva. Nesse sentido, a autora Bueno (2012) destaca o papel das Universidades, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão e a sua relevância no processo de mudança da sociedade como um todo. Podem ser observadas ações na área da gestão de riscos de desastres por parte destas instituições, no processo de mudança paradigmática na relação entre os desastres e a atuação frente a eles.

O desenvolvimento de atividades pela Universidade deve vislumbrar o processo de interação entre a sociedade civil e a sociedade acadêmica, na transformação da realidade local, focada na redução de riscos de desastres. Dentre os instrumentos instituídos pela Lei nº12.608/2012, são definidos objetivos e diretrizes que vão ao encontro das funções atribuídas às Universidades no desenvolvimento de pesquisas, projetos de extensão e a capacitação de recursos humanos; no apoio a atividades de investigação, identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, na definição de metodologias e modelos; estimular a adequação de mecanismos de planejamento e o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural com caráter preventivo; e o desenvolvimento de material didático-pedagógico para educação e capacitação, tendo como objetivo a redução dos impactos causados pelos desastres, vistas ao gerenciamento e à execução de atividades de proteção e defesa civil (Kobiyama et al, 2004; Brasil, 2012; Bueno, 2012).

Dentre os preceitos da criação da UFABC está o processo de inserção na região do ABC, permanecendo aberta ao diálogo e à participação ativa da comunidade local, atendendo aos desafios específicos da região de maneira interdisciplinar.

A UFABC vem colaborando com o processo de aperfeiçoamento das políticas públicas, em um trabalho conjunto com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no desenvolvimento social e econômico da região, com a coordenação de projetos de extensão, permitindo que a universidade interaja de forma orgânica e estrutural com a sociedade (FUFABC, 2013)

Os autores Nogueira et al (2014) ressaltam o papel da UFABC e a relação que ela tem estabelecido junto ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC, desde o ano de 2012, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão, no auxílio ao processo de desenvolvimento de uma política integrada de gestão de riscos, atendendo aos pressupostos do PNGRD e da Lei nº12.608/2012.

Em 2014, por intermédio de um Termo de Cooperação Técnico-Científico (TCTC), instrumento do Ministério da Educação que permite o apoio de instituições de ensino na realização de pesquisas para órgãos públicos, entre os prefeitos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC com a UFABC, foi formalizado o papel da universidade no progresso das ações prioritárias do Plano Plurianual Regional Participativo, com o desenvolvimento inicialmente de quatro produtos: a concepção de

um Observatório de Políticas Públicas, que pretende aperfeiçoar as informações dos municípios; a elaboração de um Plano Diretor Regional sob uma perspectiva de integração metropolitana; a produção de um Diagnóstico Habitacional Regional para dimensionar as necessidades habitacionais do ABC; e, por fim, a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, visando a gestão compartilhada de riscos.

#### **Programa de Extensão - '*Apoio à Construção de Políticas Regionais de Gestão de Risco*'**

Os debates iniciados no final de 2011 quanto à reestruturação da política nacional de proteção e defesa civil, motivaram discussões e a criação de um grupo de trabalho no processo reflexivo de atender as demandas regionais de capacitação e estudos para dar uniformidade ao entendimento e adequação de mecanismos de gerenciamento de riscos, por parte das equipes técnicas dos municípios do Grande ABC (Nogueira et al, 2013 e 2014; Bongiovanni & Malvese, 2015). Em uma iniciativa dos professores do curso de Engenharia Ambiental e Urbana do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC, foi desenvolvido durante o ano de 2012, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, um Programa de Extensão (PROEXT) denominado '*Gestão de Riscos Geológicos em Ambiente Urbano: Escorregamentos e Processos Correlatos*', envolvendo alunos - da graduação e pós-graduação - e agentes públicos, em especial os técnicos da Defesa Civil e do Planejamento Urbano, dos sete municípios da região (Nogueira et al, 2013 e 2014).

O projeto tinha como objetivo principal "contribuir para a gestão de áreas de riscos geológico-geotécnicos nos municípios do Grande ABC, por meio da sistematização e divulgação de informações, assim como, de ações de capacitação profissional". Para o desenvolvimento do programa foram definidos oito eventos para apresentação e discussão dos trabalhos práticos. Os resultados positivos, em uma primeira aproximação com a UFABC para o debate do desenvolvimento social e econômico da região do Grande ABC, contribuíram no processo de associações de instrumentos de planejamento e controle do uso e ocupação do território, com a adoção de medidas preventivas e a uniformização de metodologias, de modo a permitir o desenvolvimento de ações estratégicas de caráter regional (Nogueira et al, 2013).

Com o objetivo de discutir e definir uma agenda integrada de ações para a elaboração de um Plano Regional de Gestão de Risco foi realizada, em maio de 2013, a oficina técnica '*Desafios da Gestão de Riscos Urbanos no Grande ABC*', para definição de metodologias e procedimento, para captação de recursos e execução de obras preventivas. Em novembro de 2013, foi organizada a '*Oficina Regional de Planejamento das Ações Contingenciais Conjuntas*', para debater a adequação das atividades para o período de chuvas de 2013-2014 e um seminário com atividades de capacitação sobre a Lei nº 12.608/2012 e seus reflexos nas gestões municipais (Nogueira et al, 2014).

No ano de 2014, foi apresentado o novo projeto de extensão no PROEXT para o ano de 2015, tendo como objetivo principal fornecer suporte técnico, capacitação, documentação e registro do processo de integração regional, sendo realizadas sete oficinas de capacitação e debate. Ao final ocorreu a '*Oficina de Resultados e Discussão de Continuidade*', na qual foram apresentados os produtos das tarefas-desafios propostas aos participantes das oficinas e o lançamento da '*Câmara Temática Metropolitana para a Gestão de Riscos Ambientais Urbanos*', iniciando os primeiros debates quanto ao desenvolvimento de um plano estendido para Região Metropolitana de São Paulo.

## **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente a desastres**

A partir da instituição da Lei nº 12.608/2012 foram estabelecidos uma série de instrumentos pautados na definição de diretrizes para o uso e ocupação do solo e para o ordenamento territorial. A identificação e mapeamento das áreas de risco é possível por meio da elaboração das cartas geotécnicas, que retratam principalmente as características do meio físico, indicando processos relacionados a determinados padrões geológicos. Dentre as cartas geotécnicas, as de aptidão à urbanização se destacam ao orientar e definir diretrizes específicas para a ocupação de áreas de expansão urbana, áreas não urbanizadas ou em processo de consolidação (Sobreira & Souza, 2012).

Este instrumento, com um caráter preventivo, prevê o controle do surgimento de novas áreas de risco, avaliando as limitações geotécnicas relacionadas às diferentes formas de ocupação, com a indicação de diretrizes para o planejamento territorial-urbano das áreas de expansão urbana dos municípios, contendo subsídios para revisão e formulação dos planos diretores municipais.

Desde 2013 o Ministério das Cidades, com apoio de centros de pesquisas e Universidades Federais, tem colaborado no processo conceitual e nos procedimentos metodológicos de construção das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais (Coutinho, 2013). A UFABC tem colaborado no processo de elaboração das cartas de aptidão para a área de expansão dos municípios de São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, Santo André e Ribeirão Pires. O grupo de pesquisa, composto por docentes e bolsistas da graduação e pós-graduação, trabalhou com a cooperação direta dos gestores e técnicos especialistas das prefeituras para concepção e validação do mapeamento.

O projeto teve como uma de suas finalidades a integração das quatro cartas elaboradas pela UFABC e a carta de aptidão à urbanização produzida pela Prefeitura de Mauá, com suporte técnico do IPT, em escala regional, como uma das bases de informação para o desenvolvimento do Plano Diretor Regional do Grande ABC, em processo de elaboração (Nogueira & Canil, 2016).

## **Observatório de Políticas Públicas (OPP)**

A criação do OPP junto ao Consórcio tem por objetivo a realização constante de pesquisas voltadas para práticas e políticas públicas locais, com especial atenção às dinâmicas de caráter regional, presentes no território do Grande ABC. Com isso, pretende-se contribuir para o acompanhamento de políticas públicas, a aproximação entre universidade, governos e sociedade, e para o reconhecimento, registro e disseminação de inovações públicas locais capazes de dialogar com as questões identificadas.

Dentro dos debates relacionados ao GT de Defesa Civil e o GT de Infraestrutura, a OPP tem como objetivo gerar conhecimento sobre riscos e sua gestão, através do levantamento, análise e interpretação das informações relevantes, na definição de indicadores que viabilizem o acompanhamento estatístico das principais variáveis que explicam os riscos e esforços regionais para reduzi-los e controlá-los. O processo busca também consolidar e disseminar as informações sobre as condições dos riscos e a gestão de risco do Grande ABC, através da geração de indicadores e índices que reflitam o nível de conhecimento do gestor público quanto às condições de risco instaladas nos municípios, de maneira mensurável, comparáveis entre locais e em momentos diferentes para compreender a sua evolução.

A construção de um sistema de indicadores de risco e gestão de risco de desastres, no processo de avaliação e monitoramento de políticas e planos que objetivam a redução de riscos, assegura o seu cumprimento através da implementação progressiva do planejamento estratégico com base nos resultados alcançados. O processo permite a maior transparência dos resultados e a eficácia dos investimentos realizados, como também a definição de papéis e responsabilidades. Ele permite o estabelecimento de uma relação clara e verificável entre resultados a serem obtidos e os meios definidos para ele. O processo fortalece a articulação e a coordenação territorial, setorial e institucional.

## PERSPECTIVAS E DESAFIOS

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC tem um papel fundamental no processo de adequação dos instrumentos instituídos pela Lei nº 12.608/2012. Dentro das premissas de desenvolvimento de uma política regional, tem incentivado a integração das políticas locais de gestão de risco em escala adequada, em um processo de integração das ações, estruturais e não estruturais, das sete prefeituras associadas.

Durante o desenvolvimento dos projetos de extensão e pesquisa, na realização de oficinas, eventos, seminários, reuniões técnicas e visitas de campo, houve participação/ posicionamento diferenciada dos sete municípios, permitindo relacionar as principais potencialidades e limitações existentes entre as municipalidades, na adequação dos mecanismos definidos pela legislação relacionada. Dentre os principais aspectos observados, se relacionam: as limitações técnicas e

estruturais; os desequilíbrios e desigualdades políticos, econômicos e sociais; os recursos humanos mais ou menos escassos; as estruturas orçamentárias deficitárias; o conhecimento limitado dos técnicos municipais, com relação aos temas relacionados nesta pesquisa; o distanciamento entre o discurso de cooperação e a real vontade política; a falta de priorização da agenda regional e a sincronização com as políticas do Consórcio; os aspectos físicos e a compartimentação do espaço urbano/rural/ambiental; e as especificidades políticas quanto a agenda local de gestão e a agenda de redução dos riscos.

Ainda há certos desafios a serem encarados quanto a constituição de uma a plataforma regional de gestão de riscos. A sua efetivação requer um processo cauteloso que considere diversos aspectos institucionais e técnicos para o seu pleno desenvolvimento. Confere ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC a interlocução entre os municípios da região e o estabelecimento de uma rede de articulação e cooperação técnica-científica com as demais entidades, públicas e privadas, na elaboração de uma infraestrutura que responda aos requisitos e demandas apresentados. A sua elaboração e implantação deve suplantar as limitações técnicas e estruturais existentes, considerando as desigualdades políticas, econômicas e sociais presentes no Grande ABC.

## CONCLUSÕES

A ausência significativa de uma cultura de prevenção de riscos no país se reflete na ausência de respaldo político ao setor, pouco presente na agenda permanente do gestor público, em especial na esfera municipal, onde se evidencia a disponibilização de recursos escassos, a baixa qualificação e insuficiência dos quadros técnicos e o aparato tecnológico deficitário. A articulação substanciada entre os entes federados impedem, muitas vezes, o desenvolvimento e o sucesso de ações

estratégicas de grande efeito na redução dos riscos, com ações e planos enfatizando o atendimento a emergências e respostas aplicadas de forma isolada e desconexa.

A institucionalização de novos instrumentos de gestão de riscos, que promovem comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar os processos de ocorrência de desastres, se estruturam em uma abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. A política em desenvolvimento no país estimula o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização, pautados no planejamento de ações com caráter preventivo. Sua implantação é estruturada na formulação de arranjos institucionais que propiciam o desenvolvimento de um plano estratégico constituído por diretrizes que incorporem as orientações sobre os riscos, ameaças e vulnerabilidades.

Neste contexto, se atribuem ao papel da Universidade e aos centros de pesquisas, no caso em questão a Universidade Federal do ABC, a qualificação do conhecimento técnico na adaptação de metodologias para criação e adequação da informação e no aporte a construção de uma identidade que represente as conjunturas políticas-institucionais nas quais estas se inserem. Cabe às Universidades contribuir com o debate ou diminuir as potencialidades, discutindo as incertezas pré estabelecidas pela ocupação e pela vulnerabilidade dos sistemas instalados. Definir alternativas na concepção de políticas públicas, focadas na gestão dos riscos, superando as limitações impostas pelas tradições de uma administração verticalizada e centralizada, que dificultam a adoção de ações integradas com a colaboração dos diferentes agentes do poder público.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; SANO, H.; SYDOW, C. T. Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas. In: KLINK, J(org.). Governanças das metrópoles: conceitos, experiências, perspectivas. São Paulo: Annablume, 2010. Disponível em:

[http://igepp.com.br/uploads/ebook/igepp\\_abrucio\\_f\\_sano\\_h\\_sydow\\_c\\_radiografia\\_do\\_associativismo\\_territorial\\_brasileiro.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/igepp_abrucio_f_sano_h_sydow_c_radiografia_do_associativismo_territorial_brasileiro.pdf)

BONGIOVANNI, L. A.; MALVESE, S. Gestão de riscos como política pública prioritária na região do Grande ABC. In: CBGE - CONGRESSO BRASILEIRO GE GEOLOGIA GE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 15,

Bento Gonçalves. 2015. Disponível em:  
<http://cbge2015.hospedagemdesites.ws/trabalhos/trabalhos/364.pdf>

BRASIL. Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPEDEC; Autoriza a Criação do Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres; e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 abr. 2012b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)

- BRESCIANI, L. P. Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In: Fundação Konrad Adenauer. (Org.). Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012, v. 4, p. 161-178.
- BRESCIANI, L. P. O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In: LEAL, C.; LINHARES, L.; LEMOS, C.; SILVA, M.; LASTRES, H. (Org.).
- Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste. 1ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2015, v. , p. 390-409.
- BUENO, M. S. M. O papel da Universidade na redução/mitigação dos impactos dos desastres ambientais: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. Monografia (Curso de Especialização em Gestão de Riscos de Desastres para o Desenvolvimento Socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Relatório de Gestão 2011. Santo André: O Consórcio, 2012. 82 p. Disponível em: <http://www.consortioabc.sp.gov.br/documentos/relatorio-de-gestao-2011/RelatoriodeGestao2011.pdf>.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. Plano Plurianual Regional Participativo 2014 - 2017: Contribuições para o Debate. 2013. Disponível em: [http://www.consortioabc.sp.gov.br/noticias/2013/08/PPARegional\\_ContribuiesparaoDebate.pdf](http://www.consortioabc.sp.gov.br/noticias/2013/08/PPARegional_ContribuiesparaoDebate.pdf)
- COUTINHO, R.Q. (Coord. e Org.). Parâmetros para a Cartografia Geotécnica e diretrizes para áreas sujeitas a Desastres Naturais. Ministério das Cidades/ GEGEP/UFPE, Recife. 2013.
- DANIEL, C.; SOMEKH, N. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Anais, Porto Alegre, maio 1999. Porto Alegre: Artmed, 200, 1999.
- FERRACINI, K.R. Governança colaborativa, escala regional e produção social do espaço urbano: retomando a experiência do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Santo André, 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC.
- FUFABC. Fundação Universidade Federal do ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Santo André. 2013. Disponível em: [http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2013/06/PDI\\_UFABC\\_2013-2022.pdf](http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2013/06/PDI_UFABC_2013-2022.pdf)
- HARRISON, J. Networks of connectivity, territorial fragmentation, uneven development: The new politics of city-regionalism. Political Geography. v. 29 (1), 2010, p. 17-27.
- KOBIYAMA, M.; CHECCHIA, T.; SILVA, R. V.; SCHRÖDER, P. H.; GRANDO, A. REGINATTO, G. M. P.
- Papel das comunidades e da universidade no gerenciamento de desastres naturais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 1., 2004, Florianópolis. Anais... Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004, p. 834-846
- LEPORE, W. C., KLINK, J. J. ;; BRESCIANI, L. P. . Novas Institucionalidades e Desenvolvimento Regional: A articulação e os limites da Câmara Regional do Grande ABC; X SEMEAD -

SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA - USP, 2007, São Paulo. Globalização e Internacionalização das Empresas, 2007.

MIRANDOLA, F. A.; NOGUEIRA, F. R.; MACEDO, E. S. O PMRR (Plano Municipal de Redução de Riscos) como instrumento na Gestão Regional de Riscos Urbanos: o exemplo da região do ABC paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 15, Bento

Gonçalves. 2015. Disponível em:  
<http://cbge2015.hospedagemdesites.ws/trabalhos/trabalhos/305.pdf>

NOGUEIRA, F. R.; CANIL, K. (Coord.) Elaboração de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais no(s) Município(s) de Santo André e Ribeirão Pires, Estado de São Paulo – Relatório Final. UFABC/CONSÓRCIO INTERMUNCIPAL GRANDE ABC, Santo André, 2016.

NOGUEIRA, F. R.; MORETTI, R. S.; PAIVA, C. F. E. Estudos sobre riscos geológicos e sua incorporação no planejamento territorial- relato da experiência de formação de quadros técnicos no ABC paulista. São Paulo: ABGE. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental - REGEA, v. 3, n.1, 2013, p. 45-56.

NOGUEIRA, F. R.; OLIVEIRA, V. E.; CANIL, K. Políticas públicas regionais para gestão de riscos: o processo de implementação no ABC, SP. Ambiente & Sociedade (Online) , v. 17, 2014, p. 177-194.

SOBREIRA, F. G.; SOUZA, L. A. Cartografia geotécnica aplicada ao planejamento urbano. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, v.2, n.1, 2012, p. 79-97.